



**CADERNO DE QUESTÕES  
XXXIV**

# 4º Simulado - 1ª Fase OAB de Bolso



[www.oabdebolso.com](http://www.oabdebolso.com)

### QUESTÃO 1

Acerca do Procedimento do Processo Disciplinar de competência da OAB, é incorreto afirmar:

- a)** O processo disciplinar tramita em sigilo, até o seu término, só tendo acesso às suas informações as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente.
- b)** Se o representado não for encontrado, ou for revel, o Presidente do Conselho ou da Subseção não poderá designar-lhe defensor dativo.
- c)** É permitida a revisão do processo disciplinar, por erro de julgamento ou por condenação baseada em falsa prova.
- d)** A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.

### QUESTÃO 2

Saulo é um graduando de direito muito interessado na advocacia, de modo que estuda bastante para conseguir se tornar um advogado renomado. Ocorre que, em um dos seus estudos, ele viu que os advogados possuem direito a honorários com as seguintes características: I- são recebidos após o advogado 'vencer' uma ação; II- são fixados pelo juiz; III- são pagos pela parte sucumbente (vencida); IV- inerentes ao advogado. Como são chamados os honorários com os elementos abordados?

- a)** honorários convencionados.
- b)** honorários por arbitramento extrajudicial.
- c)** honorários sucumbenciais.
- d)** honorários por arbitramento judicial.

### QUESTÃO 3

Silmara, advogada com anos de experiência, é surpreendida com a informação de que precisará fazer uma viagem urgente a negócios para Dubai. Sabendo que ficará fora por um tempo considerável, dada a distância do destino, Silmara se preocupa com os processos em que é patrona, decidindo que vai substabelecer, sem reserva de poderes, para sua amiga e igualmente competente advogada, Andreza. Para tanto, Silmara deverá:

- a)** Avisar seu cliente com antecedência, não sendo necessária a aprovação deste, visto que o substabelecimento sem reserva de poderes é ato pessoal do advogado.
- b)** Avisar seu cliente com antecedência, sendo necessária aprovação deste para que a outra advogada se torne sua representante.
- c)** Apenas notificar o juízo onde corre o processo, que será responsável pela notificação ao cliente.
- d)** Semelhantemente ao substabelecimento com reserva de poderes, não deverá notificar o cliente de forma prévia, podendo fazê-lo posteriormente, sendo importante sua anuência para que a advogada Andreza se torne sua representante.

### QUESTÃO 4

Anita, que é advogada há 3 anos e não possui contra si qualquer restrição legal ou disciplinar, deseja se tornar Conselheira Federal. Já Marcelo, que advoga há 5 anos e ocupa cargo exonerável ad nutum, deseja se tornar Conselheiro Seccional. Melissa, por sua vez, é advogada há 7 anos e, embora nunca tenha exercido a profissão de forma efetiva, deseja se candidatar a uma vaga nas eleições da sua Subseção. Com base no relatado, quem poderá se candidatar ao cargo almejado?

- a)** Anita, Marcelo e Melissa poderão concorrer às vagas pretendidas perante a OAB.
- b)** Somente Anita poderá se candidatar ao cargo escolhido (Conselheira Federal).
- c)** Nenhum dos 3 advogados poderá se candidatar às vagas almejadas.
- d)** Somente Anita e Melissa poderão concorrer às vagas pretendidas perante a OAB.

### QUESTÃO 5

O jovem advogado Gabriel Pinoli possui domicílio profissional no estado da Paraíba, estando submetido ao conselho seccional deste. Ocorre que, por suas habilidades excepcionais no exercício da profissão, Gabriel é convidado para trabalhar em um grande escritório do Rio de Janeiro. Visto que precisará mudar seu domicílio profissional definitivamente para o estado do Rio de Janeiro, o que o jovem Gabriel deverá fazer?

- a)** Requerer sua inscrição por transferência.
- b)** Requerer sua inscrição adicional.
- c)** Continuar atuando, sem necessidade de notificar qualquer Conselho Seccional.
- d)** Requerer sua inscrição suplementar.

### QUESTÃO 6

Alissa Lima é uma jovem advogada que decidiu abrir o seu próprio escritório de advocacia. Para divulgar seu trabalho, ela efetivou as seguintes condutas: I- publicou anúncio contendo os seus títulos acadêmicos; e II- confeccionou um cartão de visitas com informações sobre o escritório e uma foto sua, para facilitar sua identificação.

Sobre tais condutas, Alissa Lima:

- a)** Agiu de forma regular em ambos os casos, de acordo com os ditames do Código de Ética e Disciplina da OAB.
- b)** Errou ao publicar um anúncio fazendo menção aos seus títulos acadêmicos, visto ser proibida tal ação na publicidade da advocacia.
- c)** Errou em ambas as ações, dado que as normas relacionadas à publicidade vedam tanto a divulgação dos títulos acadêmicos como também a inserção da fotografia da advogada no cartão de visitas.
- d)** Ao divulgar seus títulos acadêmicos não incorreu em infração ao Código de Ética e Disciplina, mas ao inserir sua foto no cartão, desobedeceu a uma das vedações do Código.

### QUESTÃO 7

Ulisses é advogado empregado da empresa de grande porte Movilar Ltda., atuando como diretor jurídico e tendo vários colegas vinculados à sua direção. Instado por um dos diretores, escala um dos seus advogados para atuar em processo judicial litigioso, no interesse de um dos filhos do referido diretor. À luz das normas estatutárias, é correto afirmar que:

- a)** A defesa dos interesses dos familiares dos dirigentes da empresa está ínsita na atuação profissional do advogado empregado.
- b)** O advogado empregado não está obrigado à prestação de serviços profissionais de interesse pessoal dos empregadores, fora da relação de emprego.
- c)** A relação de emprego retira do advogado sua independência profissional, pois deve defender os interesses do patrão.
- d)** Em casos de dedicação exclusiva, a jornada de trabalho máxima do advogado será de quatro horas diárias e de vinte horas semanais.

### QUESTÃO 8

Taila, advogada, adotou o recém-nascido Cristiano. Com o intuito de organizar sua rotina, Taila verifica que tem contestação a apresentar em quinze dias e audiência agendada em quarenta dias, em processos distintos, nos quais figura como única advogada das partes que representa. Sobre a situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a)** Taila, ao comparecer ao fórum para a realização da audiência, terá direito a reserva de vaga na garagem.
- b)** Taila terá preferência de ordem para a realização da audiência, mediante comprovação de sua condição.
- c)** Taila terá o prazo para apresentar a contestação interrompido, desde que notifique o cliente por escrito.
- d)** Taila, ao comparecer ao fórum para a realização da audiência, não deverá ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raio X, se estiver acompanhada de Cristiano.

### QUESTÃO 9

A teoria do "mínimo ético" pode ser reproduzida através da imagem de dois círculos concêntricos, sendo o círculo maior o da Moral, e o círculo menor o do Direito. Haveria, portanto, um campo de ação comum a ambos, sendo o Direito envolvido pela Moral. Poderíamos dizer, de acordo com essa imagem, que "tudo o que é jurídico é moral, mas nem tudo o que é moral é jurídico". (REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27. ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 42). Diante do exposto, uma das características fundamentais de uma conduta ética é a moralidade, que consiste:

- a)** no comportamento que torna as pessoas plenas e autênticas, visto como excelência humana.
- b)** na conduta de se preocupar com os interesses do outro de forma espontânea e positiva.
- c)** em um conjunto de valores que conduzem o comportamento, as decisões e as ações.
- d)** nos elementos que orientam a convivência bondosa dos indivíduos entre si.

### QUESTÃO 10

Norberto Bobbio afirma que a teoria do ordenamento jurídico "constitui uma integração da teoria da norma jurídica". Em livro nomeado Teoria do ordenamento jurídico, ele afirmou que não lhe foi possível definir o Direito do ponto de vista da norma jurídica considerada de maneira isolada. Segundo ele, importa alargar o "horizonte para a consideração do modelo pelo qual uma determinada norma se torna eficaz a partir de uma complexa organização que determina a natureza e a entidade das sanções, as pessoas que devam exercê-las e a sua execução". Para Bobbio, essa organização complexa é o produto de um ordenamento jurídico e, a partir deste, o Direito pode ser definido. Isso porque, conforme o autor, o problema da definição do Direito é localizado na teoria do ordenamento jurídico, não na teoria da norma. O pensador apresentou essa conclusão baseado na ideia de organização do sistema normativo, extraída da noção de sanção jurídica. Diante do exposto, ao analisar o tema da pluralidade dos ordenamentos, na obra Teoria da norma jurídica, Norberto Bobbio enfatiza que a teoria institucionalista:

- a)** rompe com a teoria estatalista, pois rejeita a redução do direito a uma forma estatal de expressão.
- b)** confunde-se com a teoria estatalista, pois enxerga no Estado a única instituição que cria o direito
- c)** considera o Estado moderno como a instituição que detém o monopólio da produção jurídica.
- d)** reafirma que o Estado e as suas instituições detêm exclusividade na produção do direito.

### QUESTÃO 11

Certa Comissão da Câmara dos Deputados convocou o atual Ministro da Saúde para prestar informações sobre questões relacionadas à Pandemia. Sobre tal convocação, é possível afirmar que:

- a)** A Constituição não prevê a possibilidade da Comissão convocar Ministro de Estado, ação exclusiva da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- b)** A Convocação é possível, de modo que a ausência injustificada do Ministro da Saúde importará em crime de responsabilidade.
- c)** A Convocação é possível, de modo que a ausência é facultada ao Ministro da Saúde.
- d)** A Constituição não prevê a possibilidade de Ministros de Estado serem convocados, sendo o seu comparecimento realizado apenas quando acharem conveniente.

### QUESTÃO 12

Leandro e Leonardo foram eleitos Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente, nas eleições nacionais realizadas no ano de 2022. Ocorre que, após o conhecimento público de diversos escândalos de corrupção, o governo foi perdendo a sua base de apoio político e popular, o que resultou na saída de ambos os políticos dos seus respectivos cargos no início de 2026 (último ano do mandato), ficando assim vacantes os cargos de Presidente da República e Vice-Presidente da República. Elenque quais medidas deverão ser tomadas em razão da vacância nos cargos.

- a)** Novas eleições devem ser realizadas para que a população, de forma direta, escolha seu novo líder do executivo federal.
- b)** Por estar na linha sucessória, o Presidente da Câmara dos Deputados deve assumir o cargo de presidente de forma definitiva, até a realização das novas eleições.
- c)** Em razão do pequeno tempo restante do mandato, o cargo deverá ficar vago até que as eleições sejam realizadas ao final de 2026.
- d)** Novas eleições serão realizadas, de forma indireta, pelo Congresso Nacional.

### QUESTÃO 13

A Constituição Federal de 1988 marcou o constitucionalismo brasileiro por ter instituído um estado democrático de direito com diversas garantias e mecanismos de proteção aos valores da cidadania. Por possuir tamanha relevância em seu corpo, o legislador constituinte previu um processo qualificado para sua alteração. Com base nessas informações e sob o prisma dos critérios de classificação constitucional, é correto afirmar que a Constituição Federal de 1988 pode ser considerada como:

- a)** Quanto à origem promulgada, e quanto à alterabilidade rígida.
- b)** Quanto à origem outorgada, e quanto à alterabilidade semirrígida.
- c)** Quanto à origem outorgada, e quanto à alterabilidade rígida.
- d)** Quanto à origem promulgada, e quanto à alterabilidade flexível.

### QUESTÃO 14

Ronan, nascido na Irlanda, naturalizou-se brasileiro no ano de 2018. Todavia, foi descoberto que ele havia sido condenado, no ano de 2017, na Irlanda, por um crime comum realizado no ano de 2016. A Irlanda, com quem o Brasil possui tratado de extradição, requer a imediata extradição de Ronan a fim de que cumpra, naquele país, a pena de 6 anos à qual foi condenado. Preocupado, Ronan procura você, excelente advogado, para saber a possibilidade de o Brasil extraditá-lo. Você responde que, de acordo com o ordenamento pátrio, a extradição:

- a)** Não é possível, pois o Brasil não extradita seus cidadãos nacionais naturalizados, por crime comum praticado antes da oficialização do processo de naturalização.
- b)** Não é possível, já que, a Constituição Federal, por não fazer distinção entre o brasileiro nato e o brasileiro naturalizado, não pode autorizar tal procedimento.
- c)** É possível, pois a Constituição Federal prevê a possibilidade de extradição em caso de crime comum, se praticado antes da naturalização.
- d)** É possível, pois a Constituição Federal autoriza que o Brasil extradite qualquer brasileiro quando comprovado o seu envolvimento na prática de crime hediondo em outro país.

### QUESTÃO 15

No decorrer de campeonato oficial de karatê promovido pela Federação de Karatê do Estado Beta, Lucas, um dos atletas inscritos, foi eliminado da competição esportiva em decorrência de uma decisão contestável da arbitragem que dirigiu a luta. Na qualidade de advogado (a) contratado (a) por Lucas, assinale a opção que apresenta a medida juridicamente adequada para o caso narrado.

- a)** Lucas poderá ingressar com processo perante a justiça desportiva para contestar o resultado da luta e, uma vez esgotadas as instâncias desportivas e proferida decisão final sobre o caso, não poderá recorrer ao Poder Judiciário.
- b)** Lucas poderá impugnar o resultado da luta perante o Poder Judiciário, independentemente de esgotamento das instâncias da justiça desportiva, em virtude do princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- c)** Lucas, uma vez esgotadas as instâncias da justiça desportiva (que terá o prazo máximo de 60 dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final), poderá impugnar o teor da decisão perante o Poder Judiciário.
- d)** A ordem jurídica, que adotou o princípio da unidade de jurisdição a partir da Constituição de 1988, passou a prever a exclusividade do Poder Judiciário para dirimir todas as questões que venham a ser judicializadas em território nacional, deslegitimando a atuação da justiça desportiva.

### QUESTÃO 16

Dispõe a Constituição do Estado Ômega, em seu Art. 35 que “os vencimentos dos servidores públicos municipais da administração direta e indireta são pagos até o último dia de cada mês, corrigindo-se monetariamente seus valores se o pagamento se der além desse prazo”.

Considerando os termos do preceito mencionado, assinale a afirmativa correta.

- a)** Embora a CRFB/88 preconize ser de competência dos Municípios dispor sobre assuntos de interesse local, incumbe à União legislar, privativamente, sobre a organização administrativa e financeira dos entes federados; logo, o Art. 35 da Constituição do Estado Ômega é inconstitucional.
- b)** Apesar de o Art. 35 da Constituição do Estado Ômega não apresentar vício formal de inconstitucionalidade, ele apresenta vício de ordem material, pois a CRFB/88 dispõe que os vencimentos dos servidores públicos devem ser pagos até o quinto dia útil do mês subsequente.
- c)** O Art. 35 da Constituição do Estado Ômega não padece de vício de inconstitucionalidade, pois a CRFB/88 autoriza os Estados a dispor sobre a organização administrativa dos entes municipais que se encontram em sua circunscrição territorial.
- d)** O referido dispositivo da Constituição do Estado Ômega é inconstitucional porque, ao estabelecer regra afeta aos servidores municipais, viola, com isso, a autonomia municipal para disciplinar a matéria.

### QUESTÃO 17

De acordo com o procedimento, na Constituição Estadual, do Controle de Constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- a)** Compete aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, reconhecida a legitimação para agir aos mesmos órgãos e entidades legitimados a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.
- b)** A decisão do Tribunal de Justiça que declara a inconstitucionalidade de lei local em face da Constituição Estadual é irrecorrível, ressalvada a oposição de embargos declaratórios, não sendo possível, em qualquer hipótese, a interposição de recurso extraordinário.
- c)** Não ofende a Constituição da República norma de Constituição Estadual que atribui legitimidade para a propositura de representação de inconstitucionalidade aos Deputados Estaduais.
- d)** Não é possível o controle de constitucionalidade no plano estadual, no modo concentrado, se a norma constitucional estadual tomada como parâmetro reproduzir idêntico conteúdo de norma constitucional federal.

### QUESTÃO 18

A Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial foi promulgada no Brasil em 1969, por meio do Decreto nº 65.810. De acordo com essa Convenção:

- a)** as distinções, exclusões, restrições e preferências feitas por um Estado Parte nesta Convenção entre cidadãos e não cidadãos também caracteriza discriminação racial e, desta forma, tal Convenção igualmente se aplica a estas situações.
- b)** também serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos.
- c)** a exclusão de direitos baseada unicamente na origem nacional também poderá caracterizar discriminação racial.
- d)** nada nela poderá ser interpretado como afetando as disposições legais dos Estados Partes, relativas a nacionalidade, cidadania e naturalização, ainda que tais disposições discriminem contra qualquer nacionalidade particular.

### QUESTÃO 19

Segundo a doutrina, os direitos humanos podem ser classificados de acordo com a finalidade. De um lado, há os direitos propriamente ditos, que são os dispositivos normativos que visam o reconhecimento jurídico de pretensões inerentes à dignidade de todo ser humano. De outro lado, temos as previsões normativas que asseguram a existência desses direitos propriamente ditos, sendo denominados (as):

- a)** direitos a procedimento e instituições.
- b)** garantias fundamentais.
- c)** direitos a prestações.
- d)** direitos de defesa.

### QUESTÃO 20

Dorotéia, residente e domiciliada em Recife/PE, irá passar uma temporada na França realizando diversos cursos, com vistas ao seu aperfeiçoamento profissional. Como não deseja ficar em Hotel durante todo esse tempo, Dorotéia pretende comprar um apartamento localizado na cidade francesa de Bordeaux, onde irá passar a sua estadia. E assim o faz, celebrando, na cidade de Recife/PE, contrato de compra e venda de imóvel com o Sr. Antonie, vendedor, residente e domiciliado em Bordeaux. Sobre a hipótese, considerando a disciplina da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (D.L. 4.657/1942) acerca dos contratos internacionais, assinale a alternativa que indica a lei a ser aplicada para regular a relação concernente ao bem imóvel adquirido por Dorotéia.

- a)** A lei do local onde a compradora, Dorotéia, reside, no caso, a lei brasileira.
- b)** A lei do local onde o vendedor, Sr. Antonie, reside, no caso, a lei francesa.
- c)** A lei do local onde o imóvel está situado, no caso, a lei francesa.
- d)** A lei do local onde o contrato de compra e venda foi celebrado, no caso, a lei brasileira.

### QUESTÃO 21

As empresas Beta e Gama, sócias em determinado negócio, estão diante de um conflito, e, como não conseguem solucioná-lo de forma amigável, decidem recorrer a arbitragem para que possa solucionar a lide. Feito isto, a empresa Beta obtém sentença arbitral favorável no Tribunal de Berlim (Alemanha), a qual condenou a empresa Gama a lhe pagar o montante de 350 milhões de reais. Sobre os fatos, e considerando a Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307/96), é correto afirmar que:

- a)** a sentença arbitral estrangeira deverá sofrer reexame por tribunal arbitral brasileiro.
- b)** a sentença arbitral estrangeira sofrerá homologação perante o STJ.
- c)** a sentença arbitral estrangeira terá execução somente no país de origem, tendo em vista ser uma sentença condenatória.
- d)** a sentença arbitral estrangeira terá exequibilidade imediata em território brasileiro.

### QUESTÃO 22

AB Rasteirinha Calçados Ltda. remeteu, por meio de veículos próprios, diversas caixas de sandálias de uma para outra de suas lojas. Contudo, os veículos foram parados pela fiscalização tributária estadual e, não tendo sido emitida nota fiscal das mercadorias transportadas, houve autuação pelo Fisco Estadual, que cobrou o valor de ICMS, bem como a multa pela ausência da nota fiscal, com base em legislação estadual que impede a circulação física de mercadorias desacompanhadas de nota fiscal. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta:

- a)** Está correto o Fisco estadual em cobrar o ICMS nessa operação, pois a circulação física de mercadorias de um estabelecimento para outro, ainda que do mesmo titular, gera incidência do ICMS. Já por multar a sociedade empresária por ausência de nota fiscal, não está correto o Fisco estadual, pois o Estado não poderia instituir obrigação acessória para viabilizar a fiscalização tributária.
- b)** Não está correto o Fisco estadual em cobrar o ICMS nessa operação, pois a mera circulação física de mercadorias de um estabelecimento para outro do mesmo titular não gera incidência do ICMS. Também não poderia multar a sociedade empresária por ausência de nota fiscal, pois o Estado não poderia instituir obrigação acessória para viabilizar a fiscalização tributária, quando inexistente hipótese de incidência tributária.
- c)** Não está correto o Fisco estadual em cobrar o ICMS nessa operação, pois a mera circulação física de mercadorias de um estabelecimento para outro do mesmo titular não gera incidência do ICMS. Já por multar a sociedade empresária por ausência de nota fiscal, está correto o Fisco estadual, pois o Estado pode instituir obrigação acessória para viabilizar a fiscalização tributária, ainda que o sujeito passivo da obrigação acessória não seja devedor do tributo ou que inexistente hipótese de incidência tributária.
- d)** Está correto o Fisco estadual em cobrar o ICMS nessa operação, pois a circulação física de mercadorias de um estabelecimento para outro, ainda que do mesmo titular, gera incidência do ICMS. Também está correto o Fisco estadual por multar a sociedade empresária por ausência de nota fiscal, pois o Estado pode instituir obrigação acessória para viabilizar a fiscalização tributária.

### QUESTÃO 23

De acordo com o art. 150 do Código Tributário Nacional, o lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa. Desta forma, é correto afirmar que o pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo:

- a)** extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação ao lançamento.
- b)** suspende a exigibilidade do tributo, sob condição resolutória da ulterior homologação ao lançamento.
- c)** extingue a obrigação tributária, sob condição resolutória da ulterior homologação ao lançamento.
- d)** extingue a exigibilidade do tributo, sob condição resolutória da ulterior homologação ao lançamento.

### QUESTÃO 24

De acordo com o entendimento prevalente do Supremo Tribunal Federal (STF), acerca do concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público disposto no Código Tributário Nacional (CTN), assinale a alternativa correta.

- a)** A ordem de preferência entre entes públicos disposta no CTN é aceita pelo STF. Assim, a União recebe antes dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- b)** O STF não admite a ordem de preferência entre entes públicos disposta no CTN, reconhecendo apenas a prioridade da União.
- c)** A ordem de preferência entre entes públicos disposta no CTN é aceita pelo STF. Assim, os Municípios recebem antes dos Estados, do Distrito Federal e da União.
- d)** O STF não admite a ordem de preferência entre entes públicos disposta no CTN.

### QUESTÃO 25

Determinada pessoa jurídica foi demandada em ação de execução fiscal ajuizada pela União, que também incluiu dois de seus sócios no polo passivo da ação. Como meio de defesa incidental, os sócios apresentaram exceção de pré-executividade requerendo ao juiz que reavaliasse o processo, pois o mesmo apresentava problema de ordem pública. Sobre a situação descrita, relativamente ao instrumento de defesa incidental utilizado pelos executados na ação de execução referida, assinale a alternativa correta.

- a)** Não é admissível na execução fiscal, devendo os sócios se valer dos embargos à execução, garantindo previamente o juízo, independentemente da matéria que pretendam arguir.
- b)** É admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.
- c)** Não é admissível na execução fiscal, devendo os sócios se valer do mandado de segurança, garantindo previamente o juízo, independentemente da matéria que pretendam arguir.
- d)** É admissível na execução fiscal relativamente a qualquer matéria, incluindo as que demandem dilação probatória.

### QUESTÃO 26

Alguns tributos, como, por exemplo, o ITR com alíquotas progressivas para desestimular a manutenção de propriedades improdutivas (art. 153, §4º, I, da CF) não visam apenas à arrecadação, mas possuem como finalidade precípua a intervenção numa situação social ou econômica. A essa característica tributária damos o nome de:

- a)** parafiscalidade.
- b)** essencialidade.
- c)** fiscalidade.
- d)** extrafiscalidade.

### QUESTÃO 27

A prefeitura do Município "Y" construiu um novo mercado público que funcionará para o comércio dos mais variados tipos de alimentos. No espaço, há uma área destinada para a instalação de vários boxes, onde será a praça de alimentação a ser explorada pelos particulares. Sobre a hipótese, assinale a alternativa correta.

- a)** O município "Y", após o devido e regular processo licitatório, assinará com as empresas vencedoras contrato de concessão de uso de bem público.
- b)** Por ato unilateral, o município "Y" poderá determinar a cessão de uso de bem público para a área a ser explorada pelos particulares.
- c)** O município "Y" pode fazer o convite para que as melhores empresas de fast-food ocupem a área ali definida.
- d)** Como se trata de um espaço público, o município "Y" não pode designar áreas para os particulares.

### QUESTÃO 28

Os bens públicos são classificados nas seguintes categorias: bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais. São considerados bens de uso especial aqueles que são do domínio público e constituem coisas móveis ou imóveis, corpóreas ou incorpóreas, utilizadas pela Administração Pública para a realização de suas atividades e consecução de seus fins. Assinale a alternativa que apresenta apenas bens públicos de uso especial.

- a)** As terras ocupadas pelos índios e os rios.
- b)** Ambulâncias e praças.
- c)** Hospitais públicos e escolas públicas.
- d)** Ciclofaixas e viaturas policiais.

### QUESTÃO 29

Nos casos de concessão, permissão e autorização de serviço público, a exemplo das empresas privadas de transporte público, a Administração Pública desempenha a atividade administrativa por meio da descentralização na modalidade de colaboração (ou delegação). Neste caso,

- a)** se a descentralização for para uma concessionária ou permissionária, dizemos que a transferência do exercício é por prazo certo.
- b)** se a descentralização for para uma autorizatária, tal procedimento poderá ocorrer por prazo determinado.
- c)** se a descentralização for para uma concessionária ou permissionária, dizemos que a transferência do exercício é por prazo indeterminado.
- d)** se a descentralização for para uma autorizatária, tal procedimento poderá ocorrer por prazo determinado ou indeterminado.

### QUESTÃO 30

Dangelo, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ravi, Ministro de Estado e Esdras, Governador do Estado "X", no exercício de suas funções, praticaram ato de improbidade administrativa, previsto na Lei nº 8.429/92. Neste caso,

- a)** a ação de improbidade administrativa interposta contra o Ministro do STF deve ser processada e julgada no próprio STF; no caso do Ministro de Estado, no Superior Tribunal de Justiça e no caso do Governador, no Tribunal de Justiça do Estado.
- b)** a ação de improbidade administrativa interposta contra o Ministro do STF e contra o Ministro de Estado deve ser processada e julgada no STF; enquanto que no caso do Governador, no Tribunal de Justiça do Estado.
- c)** a ação de improbidade administrativa interposta contra o Ministro do STF deve ser processada e julgada no próprio STF, enquanto que no caso do Ministro de Estado e do Governador, a ação terá todo seu procedimento na instância ordinária.
- d)** a ação de improbidade administrativa interposta contra o Ministro do STF, o Ministro de Estado e Governador deve ser processada e julgada no STF.

### QUESTÃO 31

A teoria-base da responsabilidade civil do Estado é a teoria do risco administrativo. Entretanto, em situações excepcionais e pontuais adotar-se-á a teoria do risco integral. Ao adotar o risco integral, o Estado transforma-se em garantidor universal, ou seja, aconteça o que acontecer, o Poder Público sempre será responsabilizado e obrigado a indenizar nas situações enquadradas nessa teoria. Segundo a doutrina majoritária, a teoria do risco integral só seria adotada em três situações, as quais estão listadas logo abaixo, a exceção de uma, assinale-a.

- a)** Dano nuclear.
- b)** Dano à saúde.
- c)** Dano ambiental.
- d)** Atentado terrorista.

### QUESTÃO 32

A expressão “tipos de licitação”, presente na Lei nº 8.666/93, foi abolida na Nova Lei de Licitações. Agora, a Lei nº 14.133/21 substituiu este termo por “critérios de julgamento”, sendo novidades os seguintes:

- a)** menor preço, maior desconto e técnica e preço.
- b)** técnica e preço, melhor técnica ou conteúdo artístico e maior lance, no caso de leilão.
- c)** maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico e maior retorno econômico.
- d)** maior lance, no caso de leilão, maior desconto e maior retorno econômico.

### QUESTÃO 33

A Lei Complementar nº 140, editada em Dezembro de 2011, fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. Nesse sentido, de acordo com a referida Lei, são ações administrativas:

- a)** da União: controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, na forma da lei.
- b)** dos Estados: gerir o patrimônio genético e o acesso ao conhecimento tradicional associado, respeitadas as atribuições setoriais.
- c)** dos Municípios: organizar e manter, com a colaboração dos órgãos municipais competentes, o Sistema Estadual de Informações sobre Meio Ambiente.
- d)** do Distrito Federal: exercer o controle ambiental sobre o transporte interestadual, fluvial ou terrestre, de produtos perigosos.

### QUESTÃO 34

Frederico, proprietário de imóvel, decide, por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sisnama, limitar o uso de parte de sua propriedade, cuja área é de reserva legal mínima exigida, com o objetivo de recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental. Diante da situação descrita e à luz da Lei Federal nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), é correto afirmar que:

- a)** O termo de instituição da servidão ambiental deve estipular unicamente o objeto da servidão ambiental, os direitos e deveres do proprietário ou possuidor instituidor e o prazo durante o qual a área permanecerá como servidão ambiental.
- b)** A servidão ambiental não se aplica à Reserva Legal mínima exigida.
- c)** Frederico poderá instituir a servidão ambiental temporária, pelo prazo mínimo de 10 anos.
- d)** Frederico, detentor da servidão ambiental, tem o dever legal de manter relatórios e arquivos atualizados com as atividades da área objeto da servidão, cabendo ao órgão defensor da União defendê-la judicialmente.

### QUESTÃO 35

Murilo é viúvo e seu único parente vivo é sua irmã Arlene, com quem possui sérias desavenças. Então, ele decide deixar seus bens para o seu grande amigo de infância Rubens e, para isso, elabora um testamento público. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a)** o testamento de Murilo poderá ser impugnado no prazo de dez anos contados da data do registro;
- b)** caso Murilo tenha a sua incapacidade supervenientemente declarada, o testamento será inválido;
- c)** Murilo somente poderá revogar o testamento público por outro testamento público;
- d)** a disposição testamentária é válida, pois os colaterais são herdeiros facultativos;

### QUESTÃO 36

Em 18/01/2020, Moacir ajuizou ação monitória contra Ricardo, visando satisfazer crédito no valor de R\$ 50.000,00, oriundo de confissão de dívida celebrada pelas partes, em 10/01/2015. Após ser devidamente citado, Ricardo opôs embargos monitórios, nos quais sustentou, preliminarmente, a prescrição da dívida. Após a apresentação de réplica, o MM. Juízo da Vara Cível da Comarca da Capital de Pernambuco proferiu decisão na qual rejeitou a preliminar de prescrição arguida por Ricardo. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a)** O MM. Juízo da Vara Cível da Comarca da Capital de Pernambuco acertou em rejeitar a preliminar arguida, pois a pretensão da dívida cobrada não estava prescrita, por não ultrapassar o prazo de dez anos.
- b)** O MM. Juízo da Vara Cível da Comarca da Capital de Pernambuco não acertou em rejeitar a preliminar arguida, pois a pretensão da dívida cobrada estava prescrita por ultrapassar o prazo de cinco anos.
- c)** Acertou o magistrado, tendo em vista que o contrato de confissão de dívida é imprescritível.
- d)** Errou o magistrado, tendo em vista que o contrato de confissão de dívida foi celebrado em 10/01/2015, Moacir tinha quatro anos para realizar a cobrança do crédito.

**QUESTÃO 37**

Douglas foi locatário de um imóvel residencial de propriedade de Rubens. A locação, por prazo determinado, era garantida por Laura, que prestara fiança a Rubens, resguardado seu benefício de ordem. Finda a locação, Laura ficou sabendo que Douglas havia deixado de pagar os aluguéis referentes aos dois últimos meses de permanência no imóvel. Preocupada com as consequências do suposto descumprimento de Douglas, Laura procurou Rubens e realizou o pagamento dos dois aluguéis, tendo o locador dado plena quitação. Tempos depois, como Douglas se recusava a reembolsar Laura pelos valores pagos, esta ingressou com ação de cobrança em face daquele. Na ação, porém, Douglas alegou, em contestação, que pagara em dia todos os aluguéis devidos a Rubens, de modo que Laura nada deveria ter pago ao locador sem tê-lo consultado. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a)** O argumento apresentado por Douglas, se vier a ser comprovado, não é suficiente para eximi-lo de reembolsar Laura pelos valores pagos a Rubens, pois Laura atuou, no presente caso, como terceira interessada, na medida em que realizou pagamento de dívida pela qual poderia vir a ser juridicamente responsabilizada em caso de inadimplemento pelo devedor principal (Douglas).
- b)** O argumento apresentado por Douglas, se vier a ser comprovado, é suficiente para eximi-lo de reembolsar Laura pelos valores pagos a Rubens, pois Douglas não é obrigado a reembolsar Laura se provar que, não tendo tomado conhecimento do pagamento, tinha meios para ilidir a cobrança.
- c)** O argumento apresentado por Douglas, se vier a ser comprovado, não é suficiente para eximi-lo de reembolsar Laura pelos valores pagos a Rubens, pois o pagamento feito por terceiro, com desconhecimento ou oposição do devedor, obriga a reembolsar aquele que pagou, mesmo se o devedor tinha meios para ilidir a ação.
- d)** O argumento apresentado por Douglas, se vier a ser comprovado, é suficiente para eximi-lo de reembolsar Laura pelos valores pagos a Rubens, pois Laura atuou, no presente caso, como terceira não interessada, que pagou a dívida em seu próprio nome.

**QUESTÃO 38**

Carolina morreu em 2020, vítima da Covid-19, deixando Alana, sua companheira, com quem vivia há mais de 10 anos, de forma pública, contínua e duradoura e com o objetivo de constituir família. Na sua juventude, Carolina se relacionou com Vinicius e teve 3 filhos: Ronaldo, Ailson e Janaina. Ronaldo faleceu em 2009 deixando uma filha recém-nascida, de nome Yasmin, que é a única neta de Carolina. Ailson por não concordar com a orientação sexual da sua mãe, teve com ela uma grande discussão, com troca de xingamentos e ofensas, e desde 2018 não mais se falavam. Janaina, em favor da sua sobrinha Yasmin, abriu mão de sua parte na herança de Carolina. Diante do caso hipotético apresentado, sobre a sucessão de Carolina, é correto afirmar que:

- a)** a união homoafetiva com Carolina autoriza Alana a pretender a meação dos bens adquiridos onerosamente na sua constância, mas não lhe atribui direitos sucessórios;
- b)** Yasmin somente terá direitos sucessórios se, além de Janaina, também Ailson renunciar à herança, pois os descendentes em grau mais próximo excluem os mais remotos;
- c)** a parcela da herança que seria atribuída a Ronaldo será dividida entre Ailson e Janaina, em vista do direito de acrescer decorrente de serem herdeiros de mesma classe;
- d)** Ailson somente será excluído da sucessão se caracterizada judicialmente a ocorrência de crime contra a honra de Carolina e declarada a indignidade por sentença;

### QUESTÃO 39

Jennifer estava conduzindo tranquilamente o seu veículo em uma via de mão dupla, quando foi surpreendida por um carro na contramão, em alta velocidade, dirigido por Marcos. Para evitar a colisão, Jennifer se esquivou e veio a atropelar Bruno, que estava andando na calçada e sofreu um corte no rosto. Ocorre que Bruno é modelo fotográfico e estava indo tirar fotos para uma campanha. Diante do caso hipotético apresentado, é correto afirmar que Jennifer:

- a)** praticou ato ilícito e deve indenizar Bruno, mas não poderá ingressar com ação de regresso em face de Marcos.
- b)** agiu em estado de necessidade e deverá indenizar Bruno, apesar do ato ser lícito;
- c)** agiu em estado de necessidade e não deverá indenizar Bruno, pois o ato é lícito;
- d)** e Marcos devem indenizar Bruno, pois praticaram atos ilícitos;

### QUESTÃO 40

Renan se tornou síndico do condomínio onde mora. Ele quer valorizar o imóvel e solucionar alguns inconvenientes que ele observa no edifício, mas para concretizar esses objetivos, ele precisa realizar algumas obras. Diante do caso hipotético apresentado, quanto as obras, é correto afirmar que:

- a)** as obras necessárias e urgentes que importem em despesas excessivas podem ser realizadas imediatamente pelo síndico, dispensada comunicação à assembleia;
- b)** as obras que importem em despesas excessivas dependem de aprovação em assembleia especial, cuja convocação compete exclusivamente ao síndico;
- c)** não são permitidas construções, nas partes comuns, suscetíveis de prejudicar a utilização, por qualquer dos condôminos, das partes próprias ou comuns.
- d)** a realização de obras voluptuárias dependerá de autorização prévia da assembleia, mediante aprovação da maioria dos condôminos;

### QUESTÃO 41

Isabel (locadora) celebrou com Didi (locatário) contrato de locação residencial pelo prazo de dois anos. Diante do caso hipotético apresentado, na condição de locadora, Isabel poderá reaver o imóvel antes do término do prazo:

- a)** se o pedir para uso próprio, de seu cônjuge ou companheiro, ou para uso residencial de ascendente ou descendente que não disponha, assim como seu cônjuge ou companheiro, de imóvel residencial próprio;
- b)** se for pedido para demolição e edificação licenciada ou para a realização de obras aprovadas pelo poder público, que aumentem a área construída em, no mínimo, 20%;
- c)** por mútuo acordo, em decorrência da prática de infração legal ou contratual, ou ainda em decorrência da falta de pagamento do aluguel e demais encargos;
- d)** para a realização de reparações urgentes determinadas pelo poder público, ainda que possam ser executadas com a permanência do locatário no imóvel.

### QUESTÃO 42

No âmbito da infância e juventude, o acesso a certos produtos e serviços é bastante restrito, diante da peculiar situação de desenvolvimento de crianças e adolescentes. Por essa razão, a Lei nº 8.069/90 estabeleceu que a venda de determinados produtos é proibida para a criança e para o adolescente. A seguir estão listados alguns desses produtos considerados nocivos, conforme previsto no ECA, a exceção de um, assinale-o.

- a)** Bilhetes lotéricos.
- b)** Cigarros.
- c)** Fogos de estampido.
- d)** Explosivos.

#### QUESTÃO 43

Verificada a impossibilidade de criação e educação do adolescente Y, no seio de sua família natural, o juízo da infância e juventude determinou que sua guarda passaria a ser de Joana e Miguel, um casal que, apesar de não ter ligação sanguínea com o adolescente, já o conhecia desde pequeno e que durante um certo tempo exerceu a sua guarda de fato. Diante da situação, é possível afirmar que:

- a)** o deferimento da guarda do adolescente Y ao casal Joana e Miguel faz cessar o dever alimentar por parte dos genitores do menor.
- b)** Joana e Miguel, detentores da guarda, têm o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais do adolescente.
- c)** o deferimento da guarda do adolescente Y ao casal Joana e Miguel obsta, em qualquer circunstância, o direito de visita dos pais do menor.
- d)** Joana e Miguel, detentores da guarda, têm o direito de opor-se a terceiros, exceção feita aos pais do adolescente.

#### QUESTÃO 44

Richard e Ellis celebraram com uma construtora um contrato de compra e venda de imóvel, no valor de 350 mil reais, a ser pago por meio de financiamento, que será quitado em 130 prestações. Em determinada cláusula, ficou estabelecido que em caso de inadimplemento dos compradores, se daria a perda total das prestações pagas em favor do vendedor, que, inclusive, poderia pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto negociado.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta a respeito do estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor quanto à referida cláusula.

- a)** Em sendo comprovada a má-fé do vendedor, a cláusula poderá ser anulada.
- b)** Como não se trata de situação de abusividade contratual, a cláusula é válida.
- c)** Trata-se de cláusula abusiva, invalidando totalmente o contrato.
- d)** É considerada abusiva, sendo nula de pleno direito.

#### QUESTÃO 45

Silvania comprou um notebook na Nots Ltda., mas ao ligar e usar o produto por cerca de 30 minutos, o mesmo já indicava estar com baixa bateria e prestes a descarregar. Como na embalagem do produto tinha a informação de que o mesmo já vinha com a bateria carregada em 100%, permitindo o uso de imediato por, no mínimo, 4 horas, Silvania constatou que, por não cumprir com o informado na embalagem e no manual do usuário, o produto apresentava defeito na bateria. Sendo assim, a consumidora compareceu à Nots. Ltda relatando o ocorrido, a qual, por sua vez, ficou com o produto, informando que realizaria uma análise para verificar se havia de fato defeito e proceder a eventual conserto. Contudo, passado dois meses sem resposta da Nots Ltda, Silvania decidiu que não tinha mais interesse em ficar com o notebook defeituoso. Diante da situação descrita, à luz do Código de Defesa do Consumidor, é possível afirmar que:

- a)** Silvania apenas pode exigir da Nots Ltda a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, destinados a indenizar os prejuízos até então sofridos pela consumidora.
- b)** Silvania pode exigir da Nots Ltda a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso ou, à sua escolha, a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, ou o abatimento proporcional do preço.
- c)** Silvania apenas pode exigir da Nots Ltda a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, pois a correção do valor pago é suficiente para compensar a consumidora pelos prejuízos decorrentes da privação daquela quantia.
- d)** Silvania apenas pode exigir da Nots Ltda a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, destinados a indenizar os prejuízos até então sofridos pela consumidora.

#### QUESTÃO 46

Quatro sociedades empresárias (A, B, C e D) constituíram sociedade para atuação no mercado de construção e incorporação de imóveis. No documento de constituição, ficou estabelecido que a atividade constitutiva do objeto social seria exercida unicamente pelos sócios A e B, em nome individual e sob a exclusiva responsabilidade de cada um, participando os demais sócios dos resultados correspondentes, nos termos do contrato. A sociedade não tem personalidade jurídica, nem nome empresarial, e o contrato social produz efeito somente entre os sócios. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a)** A constituição da sociedade foi regular, exceto pelo contrato social escrito, a constituição de sociedade em conta de participação independe de qualquer outra formalidade.
- b)** A constituição da sociedade foi regular, pois a sociedade em conta de participação não está sujeita às formalidades de constituição de outros tipos, podendo ser provada sua existência por todos os meios de prova admitidos em direito.
- c)** A constituição da sociedade foi irregular, pois a sociedade em conta de participação cujo ato constitutivo seja levado a registro adquire personalidade jurídica.
- d)** A constituição da sociedade foi regular, pois a constituição da sociedade em conta de participação independe de formalidade, mas só pode provar-se documentalmente.

#### QUESTÃO 47

Você, advogado(a) de 15 sociedades empresárias em recuperação judicial e pertencentes a um grupo econômico, requereu ao Juiz da recuperação que fosse autorizado a consolidação dos ativos e passivos das devedoras, em unidade patrimonial, para que fossem tratados como se pertencessem a um único devedor. Diante do caso hipotético apresentado, é correto afirmar:

- a)** dentre as hipóteses legais a serem verificadas e que autorizam o deferimento da consolidação de patrimônios de sociedades em recuperação judicial para efeito de votação de plano único, estão a inexistência de garantias cruzadas e a relação de controle ou de dependência entre as sociedades;
- b)** para que seja autorizada a consolidação de ativos e passivos de sociedades em recuperação judicial integrantes de grupos econômicos deve ficar constatada, necessariamente, a identidade total ou parcial do quadro societário das devedoras e a atuação conjunta delas no mercado.
- c)** a consolidação dos ativos e passivos para fins de votação do plano único de recuperação judicial é medida excepcional e exclusiva para devedores integrantes do mesmo grupo econômico que estejam em recuperação judicial sob consolidação processual;
- d)** o juiz está autorizado a assentir no pedido de consolidação de ativos e passivos das recuperandas apenas quando constatar a ausência de conexão entre eles e a separação patrimonial, de modo que seja possível identificar sua titularidade em cada uma das devedoras;

#### QUESTÃO 48

A Companhia Verde-Mar Engenharia e Construções, constituída em 2010, é da espécie fechada, e seu capital social é inteiramente composto por ações ordinárias. A assembleia geral extraordinária aprovou, em 27/03/2019, por maioria absoluta de votos, a reforma do estatuto para o aumento do capital mediante a emissão de ações preferenciais, sem direito a voto, em duas classes: A e B. As ações da classe A conferem a seus titulares prioridade na distribuição de dividendo fixo. As ações da classe B conferem a seus titulares prioridade no reembolso do capital sem prêmio. Paulo José, acionista titular de 15% do capital social, inconformado com a aprovação da alteração estatutária, ajuizou ação para anular a deliberação assemblear sob a alegação de ilegalidade na atribuição das vantagens patrimoniais às ações preferenciais da classe B. Diante do caso hipotético apresentado e considerando que a ação anulatória foi proposta em 25/01/2021, assinale a alternativa correta.

- a)** Na data da propositura da ação – 25/01/2021 –, já estaria prescrita a pretensão anulatória da deliberação assemblear, haja vista ter decorrido 1 (um) ano entre a data da deliberação (27/03/2019) e a data da propositura da ação.
- b)** Na data da propositura da ação – 25/01/2021 –, não estaria prescrita a pretensão anulatória da deliberação assemblear, haja vista não ter decorrido 2 (dois) anos entre a data da deliberação (27/03/2019) e a data da propositura da ação.
- c)** Na data da propositura da ação – 25/01/2021 –, não estaria prescrita a pretensão anulatória da deliberação assemblear, haja vista não ter decorrido 3 (três) anos entre a data da deliberação (27/03/2019) e a data da propositura da ação.
- d)** Na data da propositura da ação – 25/01/2021 –, já estaria prescrita a pretensão anulatória da deliberação assemblear, haja vista ter decorrido 5 (cinco) anos entre a publicação dos atos constitutivos da companhia e a data da propositura da ação.

O contrato de trespasse do estabelecimento da sociedade empresária Xique Xique Cosméticos Ltda. estabeleceu a sub-rogação do adquirente nos contratos firmados, pelo alienante, para sua exploração, sem firmar prazo para que terceiros pudessem pleitear a extinção, por justa causa, dos contratos que tinham com a sociedade. Em 28 de setembro de 2021 foi publicado o contrato de trespasse na imprensa oficial e em 15 de janeiro de 2022, Aline interpelou extrajudicialmente o adquirente e o alienante, apresentando razões relevantes para a extinção do contrato. Diante do caso hipotético apresentado, é correto afirmar:

- a)** haverá sub-rogação para o adquirente das obrigações da alienante, inclusive em relação a Aline, pois houve a publicação do contrato na imprensa oficial, acarretando a eficácia erga omnes dos efeitos da transferência, ou seja, tanto entre os contratantes quanto perante terceiros;
- b)** não haverá sub-rogação para o adquirente das obrigações da alienante, pois a estipulação contratual não pode produzir efeitos em relação a terceiros, sendo desnecessária qualquer manifestação formal de Aline, haja ou não publicação da transferência;
- c)** haverá sub-rogação para o adquirente das obrigações da alienante, inclusive em relação a Aline, em razão da estipulação contratual e da eficácia erga omnes da publicação, sendo intempestiva qualquer oposição a partir da publicação.
- d)** haverá sub-rogação para o adquirente das obrigações da alienante, inclusive em relação a Aline, pois não houve manifestação tempestiva por parte dela no prazo de noventa dias da data da publicação do contrato;

#### QUESTÃO 49

## QUESTÃO 50

Moacir, em 28 de janeiro de 2021, subscreveu nota promissória à vista, no valor R\$ 50.000,00, contendo cláusula “sem despesas” em favor de Luiz. Antes da apresentação a pagamento, o título foi avalizado em branco por Gina e endossado a Rubens. A apresentação a pagamento do título ao subscritor foi realizada no mesmo dia de sua emissão, não tendo sido adimplida a obrigação. Proposta ação cambial pelo portador em face de Luiz no dia 1º de fevereiro de 2022, este invocou carência do direito de ação do autor pela ausência do protesto por falta de pagamento e a ocorrência da prescrição. Diante do caso hipotético apresentado, procedem as alegações invocadas por Luiz na ação cambial?

**a)** Em relação à ocorrência da prescrição, o argumento do réu procede, pois o prazo de 1 ano é contado do dia da apresentação a pagamento, que é o do vencimento no título à vista (28/01/2021). Quanto à falta de protesto por falta de pagamento, o argumento é improcedente, pois a inserção da cláusula sem despesas dispensa o portador de promovê-lo para poder exercer os seus direitos de ação em face de quaisquer dos signatários.

**b)** Em relação à ocorrência da prescrição, o argumento do réu não procede, pois o prazo é de 3 anos contado do dia da apresentação a pagamento, que é o do vencimento no título à vista (28/01/2021). Quanto à falta de protesto por falta de pagamento, o argumento é procedente, pois a inserção da cláusula sem despesas não dispensa o portador de promovê-lo para poder exercer os seus direitos de ação em face de quaisquer dos signatários.

**c)** As alegações invocadas por Luiz são procedentes, pois o prazo prescricional de 1 ano é contado do dia da apresentação a pagamento, que é o do vencimento no título à vista (28/01/2021) e a inserção da cláusula sem despesas não dispensa o portador de promover o protesto para poder exercer os seus direitos de ação em face de quaisquer dos signatários.

**d)** As alegações invocadas por Luiz não procedem, pois o prazo prescricional é de 3 anos contado do dia da apresentação a pagamento, que é o do vencimento no título à vista (28/01/2021) e a inserção da cláusula sem despesas dispensa o portador de promovê-lo para poder exercer os seus direitos de ação em face de quaisquer dos signatários.

## QUESTÃO 51

Helen, em virtude de dificuldades financeiras, contraiu empréstimo, em 26/01/2015, com o banco Deve Mais S/A, mediante contrato assinado por duas testemunhas. Alcançada a data do vencimento em 06/01/2016, o pagamento não foi realizado, o que levou o credor a ajuizar ação de execução por título extrajudicial, em 04/01/2021. Distribuída a ação, o despacho de citação ocorreu em 01/02/2021, tendo Helen, nos embargos à execução apresentados, alegado a ocorrência de prescrição. Diante do caso hipotético apresentado, desconsiderando qualquer feriado estadual ou municipal, assinale a alternativa correta.

**a)** Helen está correta, devendo ser acolhida a alegação de prescrição, pois no despacho que ordenou a citação, tinha ultrapassado o prazo prescricional de cinco anos.

**b)** Não deve ser acolhida a alegação de prescrição, pois o despacho de citação interrompe a prescrição, retroagindo à data de propositura da ação, ocorrida dentro do prazo prescricional.

**c)** Não deve ser acolhida a alegação de prescrição, pois a citação do devedor interrompe a prescrição.

**d)** Helen está correta, devendo ser acolhida a alegação de prescrição, uma vez que a propositura da demanda tem o condão de interromper o prazo prescricional e, na hipótese, verifica-se que a ação foi ajuizada já tendo ultrapassado o prazo prescricional.

**QUESTÃO 52**

No decorrer do processo, Lais, parte ré, reconheceu a procedência do pedido de indenização por danos materiais, o que foi julgado procedente pelo juiz através de uma decisão interlocutória que não foi objeto de recurso. No entanto, em relação ao pedido de danos morais, Lais contestou, por entender que é incabível no caso. Após a instrução, o juiz sentencia a ação julgando totalmente procedente o pedido de danos morais. Diante do caso hipotético apresentado, pretendendo Lais recorrer dessa sentença, é correto afirmar que:

- a)** cabe agravo de instrumento quanto à condenação em dano material e apelação quanto ao pedido de dano moral, que devem ser interpostos simultaneamente;
- b)** cabe agravo de instrumento quanto às duas manifestações judiciais, uma vez que este é a espécie recursal das decisões que versarem sobre o mérito do processo.
- c)** cabe apelação para rediscutir integralmente a lide, uma vez que a decisão interlocutória proferida no curso do processo não é coberta pela preclusão;
- d)** há coisa julgada em relação ao pedido de ressarcimento de dano material, cabendo apenas apelação quanto à condenação em dano moral;

**QUESTÃO 53**

Rodrigo está interessado em adquirir um carro novo, mas constata que os juros associados aos financiamentos bancários estão muito além da sua capacidade de pagamento. Sendo assim, ele recorre ao seu melhor amigo, Leonardo, um microempreendedor individual. Leonardo e Rodrigo celebram, então, um contrato de mútuo, no valor de R\$ 50.000,00, sem prazo expresso de vencimento. Com esse dinheiro, Rodrigo compra, na mesma data, o tão desejado automóvel. Passados 30 (trinta) dias, Leonardo toma conhecimento de que Rodrigo perdeu sua única fonte de renda e observa que o amigo começa a se desfazer imediatamente de todos os seus bens. Sabendo disso, Leonardo procura Rodrigo, no intuito de conversar e dele exigir alguma espécie de garantia do pagamento do empréstimo. Rodrigo, porém, mostra-se extremamente ofendido com essa requisição e se recusa a atender ao pedido de Leonardo, alegando que o contrato não alcançou seu termo final. Leonardo, então, muito nervoso, procura o seu escritório de advocacia, na esperança de que você forneça alguma solução. Diante do caso hipotético apresentado, qual espécie de tutela poderia ser requerida por Leonardo para evitar a frustração do processo judicial?

- a)** tutela provisória de urgência cautelar, em caráter antecedente.
- b)** tutela antecipada requerida em caráter antecedente.
- c)** tutela de evidência.
- d)** tutela provisória requerida em caráter de urgência.

**QUESTÃO 54**

No curso de uma ação de conhecimento, mais precisamente na fase de instrução probatória, Eslô, ré da ação, percebeu que as provas produzidas não respaldavam a sua tese defensiva, pelo contrário, confirmavam o direito alegado pelo autor em sua petição inicial. Para evitar a prolação de uma sentença de mérito em seu desfavor, Eslô revoga o mandato outorgado ao seu único advogado do processo. Ao tomar ciência do vício de representação processual, o magistrado intimou Eslô para que sanasse o vício, mas nenhuma providência foi tomada pela ré. Diante do caso hipotético apresentado, deve o juiz:

- a)** decretar a revelia da ré e determinar a abertura de vista dos autos ao curador especial para desempenhar a sua defesa;
- b)** julgar extinto o feito, sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto processual de validade;
- c)** ordenar a expedição de ofício à OAB, solicitando a disponibilização de advogado para exercer a defesa da ré;
- d)** decretar a revelia da ré e proferir sentença de mérito, acolhendo o pedido formulado pelo autor.

**QUESTÃO 55**

Alex dirigia seu automóvel muito acima do limite de velocidade, quando foi surpreendido por Lumena, que, naquele momento, atravessava a rua. Não conseguindo frear a tempo, Alex atropelou Lumena, causando-lhe graves fraturas. Após meses em recuperação, Lumena, que não permaneceu com nenhuma sequela física, ingressou com ação indenizatória por danos materiais e morais em face de Alex. Este, porém, pretende alegar, em sua defesa, que Lumena também foi responsável pelo acidente, pois atravessou a via pública falando distraidamente ao celular e desrespeitando uma placa que expressamente proibia a travessia de pedestres no local. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a)** Caso Alex em contestação, deixe de alegar os fatos concorrentes da vítima, poderá fazê-lo posteriormente, pois trata-se de matéria cuja alegação posterior é expressamente autorizada por lei.
- b)** Caso Alex em contestação, deixe de alegar os fatos concorrentes da vítima, não poderá fazê-lo posteriormente, tendo em vista a verificação da preclusão consumativa.
- c)** Caso Alex em contestação, deixe de alegar os fatos concorrentes da vítima, poderá fazê-lo posteriormente, pois trata-se de matéria cognoscível de ofício pelo Juiz.
- d)** Caso Alex em contestação, deixe de alegar os fatos concorrentes da vítima, não poderá fazê-lo posteriormente, tendo em vista a verificação da preclusão temporal.

### QUESTÃO 56

Lucas ingressou com ação de cobrança em face de um incapaz. Após a citação válida, o réu contestou a ação alegando prescrição. Atuando no feito como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público lançou seu parecer opinando pelo reconhecimento da prescrição. Na sentença, o juiz da causa não se atentou a alegação de prescrição presente na contestação e no parecer do parquet e julgou procedente o pedido autoral. Após tomar ciência da decisão, o Ministério Público, oito dias após a sua intimação pessoal, interpôs embargos de declaração, alegando que o magistrado se omitiu quanto ao tema da prescrição, requerendo a apreciação e o reconhecimento do referido instituto. Diante do caso hipotético apresentado, deve o juiz:

- a)** receber os embargos de declaração e acolher de imediato a pretensão recursal, para reconhecer a prescrição e rejeitar o pedido do autor;
- b)** receber os embargos de declaração e determinar a intimação da parte autora para apresentar, caso queira, a sua resposta ao recurso.
- c)** deixar de receber os embargos de declaração, em razão da falta de legitimidade do recorrente;
- d)** deixar de receber os embargos de declaração, em razão da intempestividade da peça recursal;

### QUESTÃO 57

Isabelly e Klaus discutem em uma ação a metragem de um terreno. As partes requereram apenas a produção de prova oral, mas o magistrado, de ofício, determinou a produção de prova documental e pericial, para assim exercer o seu juízo de mérito sobre a causa. Diante do caso hipotético apresentado, o julgador agiu de forma:

- a)** Incorreta, uma vez que o julgamento deve ser feito de acordo com as provas produzidas nos autos, não se admitindo ao juiz determinar as provas;
- b)** Incorreta, uma vez que cabe ao réu a prova de que a afirmativa do autor sobre a metragem do terreno não representa a veracidade dos fatos.
- c)** Correta, pois só cabe ao julgador verificar a quem ele deve atribuir o ônus da prova, não sendo mais ônus do autor a prova do seu direito;
- d)** Correta, uma vez que cabe ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito;

### QUESTÃO 58

Após receber informações de que teria ocorrido subtração de valores públicos por funcionários públicos no exercício da função, inclusive com vídeo das câmeras de segurança da repartição registrando o ocorrido, o Ministério Público ofereceu, sem prévio inquérito policial, uma única denúncia em face de Lucas e Gerson, em razão da conexão, pela suposta prática do crime de peculato, sendo que, ao primeiro, foi imputada conduta dolosa e, ao segundo, conduta culposa. De acordo com a denúncia, Gerson, funcionário público, com violação do dever de cuidado, teria contribuído para a subtração de R\$ 5.000,00 de repartição pública por parte de Lucas, que teria tido sua conduta facilitada pelo cargo público que exercia. Diante da reincidência de Gerson, já condenado definitivamente por roubo, não foram à ele oferecidos os institutos despenalizadores. O magistrado recebeu a denúncia e designou audiência de instrução e julgamento. No dia anterior à audiência, Gerson ressarciu a Administração do prejuízo causado. Com a juntada de tal comprovação, após a audiência, foram os autos encaminhados às partes para apresentação de alegações finais. Insatisfeito com a assistência técnica que recebia, Gerson procura você para, na condição de advogado(a), assumir a causa e apresentar memoriais. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a)** O advogado de Gerson poderá requerer a imediata extinção da punibilidade, tendo em vista que houve reparação do dano antes de ser proferida sentença irrecorrível.
- b)** O melhor argumento em favor de Gerson é requerer a causa de diminuição de pena do arrependimento posterior.
- c)** O melhor argumento em favor de Gerson é requerer a atenuante prevista no Art. 65, inciso III, alínea b, do CP.
- d)** O advogado de Gerson poderá requerer a redução da pena pela metade, tendo em vista que houve reparação do dano antes de ser proferida sentença irrecorrível.

**QUESTÃO 59**

Uma investigação foi deflagrada em Camaragibe, para apurar a fraude ocorrida em 23 de julho de 2020, em razão do recebimento de auxílio emergencial pago pela Caixa Econômica Federal, em virtude da pandemia da Covid-19. Bruna declarou que realizou depósito em sua conta do Mercado Pago, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e depois percebeu que aquela quantia foi transferida para Erick, sendo que não foi Bruna quem realizou a operação financeira e nem a autorizou. Erick assinalou que a aludida quantia foi realmente transferida para sua conta no Mercado Pago, e foi declarada como pagamento de conserto de motocicleta, para enganar os órgãos competentes e conseguir a antecipação do auxílio emergencial. Disse que foi Alexandre, proprietário de uma loja de manutenção de telefones celulares, quem lhe propôs a prática de tais condutas, mas disse que seria um procedimento legal e ainda ofereceu R\$50,00 para cada antecipação passada em sua máquina do Mercado Pago, sendo que Erick praticou a conduta quatro vezes. Disse que o dinheiro entrava em sua conta no Mercado Pago e era transferido para a conta de Alexandre. Diante do caso hipotético apresentado, o crime supostamente praticado nesse caso é o de:

- a)** apropriação indébita previdenciária;
- b)** furto mediante fraude;
- c)** estelionato;
- d)** peculato.

**QUESTÃO 60**

Em 23 de julho de 2021, Pedro dirigia veículo automotor em via pública, com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool, ocasião em que veio a atropelar Laura por avançar cruzamento com o sinal fechado para os veículos. Laura sofreu lesões que a deixaram com debilidade permanente no braço, o que foi reconhecido pelo laudo pericial respectivo, também ficando comprovado o estado clínico em que se encontrava o motorista atropelador. O Ministério Público denunciou Pedro pela prática dos injustos do Art. 303, § 2º (modalidade qualificada do crime de lesão corporal culposa no trânsito), e do Art. 306 (embriaguez ao volante), ambos da Lei nº 9.503/97. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a)** está correto o Ministério Público em denunciar Pedro pelo crime do Art. 303, § 2º do CTB em concurso material com o crime do Art. 306 do mesmo diploma legal.
- b)** O crime do Art. 306, do CTB deve ser absorvido pelo crime do Art. 303, § 2º, do CTB, em razão da aplicação do princípio da subsidiariedade, já que a capacidade psicomotora alterada em razão de álcool é elementar do crime de lesão corporal.
- c)** o Ministério Público deveria denunciar Pedro apenas pelo crime do art. 306 do CTB, caso contrário ter-se-á bis in idem.
- d)** O crime do Art. 306, do CTB deve ser absorvido pelo crime do Art. 303, § 2º, do CTB, em razão da aplicação do princípio da consunção, já que a capacidade psicomotora alterada em razão de álcool é elementar do crime de lesão corporal.

### QUESTÃO 61

Nas lições de Miguel Reale Júnior (Teoria do delito), se a não consumação do crime por circunstâncias alheias à vontade do agente torna típica a conduta tentada, funcionando o artigo 14, inciso II, do Código Penal como autêntica norma de extensão temporal do tipo penal, deve-se, pela mesma ratio, ter por atípica a tentativa quando o resultado não se concretiza em decorrência da vontade do próprio agente. Sob essa visão, independentemente da importância político-criminal desses institutos, a não punição da desistência voluntária e do arrependimento eficaz emana da atipicidade da conduta como modalidade tentada. Sobre os institutos da desistência voluntária e do arrependimento eficaz, é correto afirmar que:

- a)** o arrependimento eficaz e a desistência voluntária somente são aplicáveis a delito que não tenha sido consumado;
- b)** as circunstâncias inerentes à vontade do agente são irrelevantes para a configuração da desistência voluntária;
- c)** a não consumação, por circunstâncias alheias à vontade do agente, é compatível com a desistência voluntária;
- d)** o reconhecimento da desistência voluntária dispensa o exame do elemento subjetivo da conduta.

### QUESTÃO 62

Cleiton, 45 anos, foi flagrado, no dia 14 de abril de 2016, transportando arma de fogo de uso permitido. Foi denunciado, processado e condenado à pena de 02 anos de reclusão, a ser cumprida em regime aberto, e multa de 10 dias, à razão unitária mínima, sendo a pena privativa de liberdade substituída por duas penas restritivas de direitos, consistentes em prestação de serviços à comunidade e limitação de final de semana. A decisão transitou em julgado, para ambas as partes, em 20 de dezembro de 2017. Após a condenação definitiva, Cleiton conseguiu emprego fixo em cidade diferente daquela em que morava e fora condenado, para onde se mudou, deixando de comunicar tal fato ao juízo respectivo, não sendo encontrado no endereço constante nos autos para dar início à execução da pena. Por tal motivo, o juiz, provocado pelo Ministério Público converteu, de imediato, as penas restritivas de direitos em pena privativa de liberdade, determinando a expedição de mandado de prisão. A ordem de prisão foi cumprida em 25 de dezembro de 2021, quando Cleiton foi ao DETRAN/PE objetivando a renovação de sua habilitação, certo que, após aquele fato, nunca se envolveu em qualquer outro ilícito penal. Desesperada, a família procura você, na condição de advogado(a), para a adoção das medidas cabíveis. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a)** ocorreu a prescrição da pretensão executória, com consequente extinção da punibilidade do agente.
- b)** não se operou nenhuma espécie de prescrição.
- c)** se operou a prescrição da pretensão punitiva entre o fato e o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- d)** não poderá buscar o reconhecimento da prescrição da pretensão executória, mas poderá buscar a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva, gerando a condenação efeitos para eventual reincidência futura.

### QUESTÃO 63

Capitolina é uma advogada iniciante que possui alguns questionamentos em relação a Lei de Abuso de Autoridade de 2019. Em conformidade com os crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade, que tem a ver com a função do advogado, assinale a alternativa INCORRETA. É crime:

- a)** Negar ao interessado, seu defensor ou advogado acesso aos autos de investigação preliminar, ao termo circunstanciado, ao inquérito ou a qualquer outro procedimento investigatório de infração penal, civil ou administrativa, assim como impedir a obtenção de cópias, ressalvado o acesso a peças relativas a diligências em curso, ou que indiquem a realização de diligências futuras, cujo sigilo seja imprescindível.
- b)** Impedir, sem justa causa, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu Advogado. Incorre na mesma pena quem impede o preso, o réu solto ou o investigado de entrevistar-se pessoal e reservadamente com seu advogado ou defensor, por prazo razoável, antes de audiência judicial, e de sentar-se ao seu lado e com ele comunicar-se durante a audiência.
- c)** Constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo. Incurrendo na mesma pena quem prossegue com o interrogatório de pessoa que tenha decidido exercer o direito ao silêncio; ou de pessoa que tenha optado por ser assistida por advogado ou defensor público, sem a presença de seu patrono.
- d)** Impedir, sem justa causa, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado. Incurrendo na mesma pena quem impede o preso, o réu solto ou o investigado de entrevistar-se pessoal e reservadamente com seu advogado ou defensor, por prazo razoável, e de sentar-se ao seu lado e com ele comunicar-se no curso de interrogatório ou no caso de audiência realizada por videoconferência.

Paulo e Inácio, que há muito tempo mantêm uma certa desavença, se esbarraram sem querer na praça da cidade, tendo Inácio iniciado uma forte discursão com Paulo, proferindo-lhe palavras ofensivas a sua honra. Paulo, bastante abalado, registra o fato na delegacia de polícia e, em seguida, pede auxílio e alguns esclarecimentos a um advogado quanto ao procedimento para ingresso com a queixa-crime. Considerando a situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a)** É de três meses o prazo prescricional para a propositura da ação penal privada através da queixa-crime, sendo contados do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o último dia.
- b)** É de seis meses o prazo decadencial para a propositura da ação penal privada através da queixa-crime, sendo contados do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, incluindo-se o dia do começo e excluindo-se o último dia.
- c)** É de seis meses o prazo prescricional para a propositura da ação penal privada através da queixa-crime, sendo contados do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, incluindo-se o dia do começo e excluindo-se o último dia.
- d)** É de três meses o prazo decadencial para a propositura da ação penal privada para ingresso com a queixa-crime, sendo contados do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o último dia.

### QUESTÃO 64

### QUESTÃO 65

Vicente, processado por ter provocado o aborto em sua ex-namorada (art. 152, CP), acabou sendo absolvido pelo Tribunal do Júri. O Ministério Público, inconformado com a decisão, ingressou com recurso de apelação, sob o argumento de que a decisão do Júri estaria manifestamente contrária à prova dos autos. Assim, sendo julgada procedente a apelação, Vicente foi submetido a novo julgamento perante o Tribunal do Júri que, dessa vez, o condenou pela prática do crime de aborto sem o consentimento da gestante a uma pena de 10 anos de reclusão. Quanto aos fatos descritos, assinale a alternativa correta.

- a)** Em se tratando de sentenças proferidas pelo Tribunal do Júri, a apelação é recurso vinculado e não de fundamentação livre.
- b)** É possível que a defesa interponha novo recurso de apelação contra a sentença condenatória proferida pelo Tribunal do Júri sob o mesmo fundamento (decisão contrária à prova dos autos), em razão do princípio da ampla defesa.
- c)** O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri não fica adstrito aos fundamentos da sua interposição.
- d)** Quando houver injustiça no tocante à aplicação da pena, não se cogita a possibilidade de interposição de recurso de apelação.

### QUESTÃO 66

Maria é alvo de investigação policial pela suposta prática do crime de furto simples, cuja pena é de reclusão, de um a quatro anos, e multa. Tendo confessado a prática do fato delituoso, o Ministério Público propôs acordo de não persecução penal (ANPP). Sobre a hipótese, assinale a alternativa correta.

- a)** Ainda que Maria tivesse se beneficiado, nos cinco anos anteriores ao cometimento da infração penal, com o instituto da transação penal, seria cabível o ANPP.
- b)** Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no ANPP, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo, com concordância do investigado e seu defensor.
- c)** No caso, não seria cabível o ANPP, tendo em vista que, apesar de a infração penal ter sido praticado sem violência ou grave ameaça, a pena mínima deveria ser igual ou superior a quatro anos.
- d)** A vítima do crime será intimada da homologação do ANPP, mas não de seu descumprimento.

### QUESTÃO 67

Jonas foi condenado pelo crime de extorsão mediante sequestro. Inconformada, por entender que a condenação do réu deveria ter sido por um tipo penal diverso daquele, qual seja, o de extorsão simples, a defesa interpôs recurso para reforma da decisão. Considerando que apenas a defesa recorreu da decisão, é correto afirmar que no julgamento do recurso:

- a)** é cabível a mutatio libelli, não podendo, porém, a pena do réu ser agravada.
- b)** é cabível a emendatio libelli, não podendo, porém, a pena do réu ser agravada.
- c)** é cabível a mutatio libelli, podendo a pena do réu ser agravada.
- d)** é cabível a emendatio libelli, podendo a pena do réu ser agravada.

### QUESTÃO 68

Bianca e seu marido João, no dia 28/12/2021, enquanto celebravam o aniversário de casamento em um restaurante, iniciaram uma discussão, por João entender que a esposa não lhe dava o devido carinho, nem atenção. Durante a discussão, João desferiu um soco no rosto de Bianca, causando-lhe lesão corporal de natureza leve. Testemunhas presenciais do fato chamaram a Polícia, sendo João preso em flagrante, mas posteriormente liberado pelo magistrado, em sede de audiência de custódia. O Ministério Público ofereceu denúncia imputando a João a prática do crime do Art. 129, §9º, do Código Penal, havendo habilitação imediata de Bianca, por meio de seu advogado, como assistente de acusação, já que ela não aceitou ter sido agredida pelo então marido. O magistrado em atuação no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher não recebeu a denúncia, afirmando a inexistência de fato culpável, escorado em laudo apresentado pela defesa indicando que, no momento dos fatos, em razão da paixão, João era inteiramente incapaz de determinar-se de acordo com seu entendimento. Destacou o magistrado a possibilidade de rejeição da denúncia por não ser necessária a aplicação de medida de segurança, já que, atualmente, não haveria incapacidade de João. Insatisfeita com o teor da decisão, Bianca procura você, como advogado(a), para questionar qual o recurso cabível para combater a decisão do magistrado?

- a) Caberá apelação.
- b) Caberá recurso em sentido estrito.
- c) Caberá agravo.
- d) Caberá carta testemunhável.

### QUESTÃO 69

Marisvaldo, reincidente, foi condenado a uma pena de 25 anos de reclusão pela prática do crime de roubo, tendo como resultado da violência empregada, a morte da vítima (art. 157, §3º, II, CP). Após cumprir 1/4 da pena, Marisvaldo passa para o regime semi-aberto e obtém autorização de saída temporária para passar o fim de ano com seus familiares, sendo a autorização concedida pelo prazo de 7 dias. Considerando a situação descrita, assinale a opção correta de acordo com a Lei nº 7.210/84.

- a) Por ser considerado reincidente, Marisvaldo não poderia ter obtido autorização para saída temporária.
- b) Para ter direito a autorização da saída temporária, bastaria Marisvaldo ter cumprido, ao menos, 1/6 da pena.
- c) Como cometeu um crime hediondo com resultado morte, Marisvaldo não poderia ter direito à saída temporária.
- d) A autorização para a saída temporária só poderia ter sido concedida por prazo não superior a 5 dias.

### QUESTÃO 70

Gil foi contratado a título de experiência, pelo prazo de setenta dias, celebrando contrato com cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão. No entanto, Bial, seu empregador, decide demitir Gil após quarenta dias de trabalho, sem justa causa. De acordo com a situação retratada e diante do comando legal, assinale a opção correta.

- a) Bial deverá pagar a Gil, a título de indenização, metade da remuneração a que teria direito até o final do contrato, bem como deverá arcar com as demais verbas rescisórias referentes à dispensa sem justa causa.
- b) Como o contrato de experiência celebrado excedia o limite legal de 60 dias previsto por lei, no momento da rescisão deverá ser considerado como contrato por prazo determinado, devendo Bial pagar-lhe as verbas rescisórias referentes à dispensa sem justa causa.
- c) Bial deverá pagar a Gil somente as verbas rescisórias referentes à dispensa sem justa causa.
- d) Bial deverá pagar a Gil indenização referente aos prejuízos que esse sofreu pela demissão, bem como as demais verbas rescisórias referentes à dispensa sem justa causa.

### QUESTÃO 71

Poliano trabalha na empresa Flor de Lis, na função de floricultor, com a seguinte jornada de trabalho: de segunda-feira a sexta-feira, das 9h às 16h, com um intervalo diário de quarenta e cinco minutos destinado à alimentação. Destaca-se que não há norma coletiva, aplicada ao caso concreto, em relação ao intervalo intrajornada. Na hipótese em questão, de acordo com o entendimento da legislação trabalhista, assinale a alternativa correta:

- a)** Poliano terá direito ao pagamento da totalidade do intervalo intrajornada, de 1 (uma) hora, possuindo tais valores natureza indenizatória.
- b)** Poliano terá direito ao pagamento apenas do período suprimido, de 15 (quinze) minutos, possuindo tais valores natureza indenizatória.
- c)** Poliano não terá direito a quaisquer pagamentos, uma vez que gozava de intervalo intrajornada superior ao garantido pela lei para sua jornada de trabalho.
- d)** Poliano terá direito ao pagamento apenas do período suprimido, de 15 (quinze) minutos, possuindo tais valores natureza salarial.

### QUESTÃO 72

Gutierre é analista financeiro em uma pequena empresa de sua cidade. No entanto, sua CTPS foi assinada como sendo atendente de telemarketing. Pensando em seu futuro profissional, Gutierre teme não conseguir comprovar experiência na função de analista financeiro e, em razão disso, objetiva ajuizamento de reclamação trabalhista no intuito de regularizar a situação. Considerando a situação narrada e o entendimento consolidado do TST, assinale a alternativa correta.

- a)** O pedido de Gutierre, haja vista se tratar de mero erro material, deverá ser objeto exclusivamente de acordo extrajudicial, não havendo a necessidade de movimentação do Poder Judiciário.
- b)** Gutierre obterá sucesso na ação trabalhista, caso comprove que de fato exerce a função de analista financeiro, haja vista que as anotações na CTPS possuem presunção relativa.
- c)** Na hipótese de Gutierre conseguir comprovar o labor como analista financeiro, o pedido será julgado procedente, mas a alteração somente valerá da sentença em diante, de modo a proteger o empregador.
- d)** Gutierre não obterá sucesso na ação trabalhista, uma vez que as anotações realizadas na carteira profissional possuem presunção absoluta.

**QUESTÃO 73**

A sociedade empresária Alfa Ltda. deseja reduzir em 20% o seu quadro de pessoal, por essa razão, realizou um acordo coletivo com o sindicato de classe dos seus empregados, prevendo um Programa de Demissão Incentivada (PDI), com vantagens econômicas para aqueles que a ele aderissem. Antenor, empregado da empresa havia 15 anos, aderiu ao referido Programa em 12/10/2018, recebeu a indenização prometida sem fazer qualquer ressalva e, três meses depois, ajuizou reclamação trabalhista contra o ex-empregador. Diante da situação apresentada e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

- a)** A adesão ao Programa de Demissão Incentivada (PDI) não impede a busca, com sucesso, por direitos lesados.
- b)** A quitação plena e irrevogável pela adesão ao Programa de Demissão Incentivada (PDI) somente ocorreria se isso fosse acertado em convenção coletiva, mas não em acordo coletivo.
- c)** O empregado não terá sucesso na ação, pois conferiu quitação plena.
- d)** A demanda não terá sucesso, exceto se Antenor previamente devolver em juízo o valor recebido pela adesão ao Programa de Demissão Incentivada (PDI).

**QUESTÃO 74**

O empregado Juca foi contratado para trabalhar como caixa de um supermercado. Quando admitido, entregaram a ele o regulamento da empresa, onde constava a obrigatoriedade do uso do uniforme para o exercício do trabalho. Entretanto, cerca de cinco meses após a contratação, Juca compareceu para trabalhar sem o uniforme e, por isso, foi advertido. Um mês depois, o fato se repetiu e Juca foi suspenso por 3 dias. Passados mais 2 meses, Juca compareceu novamente sem uniforme, tendo sido suspenso por 30 dias. Ao retornar da suspensão, foi encaminhado ao departamento de pessoal, onde tomou ciência da sua dispensa por justa causa (indisciplina - art. 482, h da CLT). Diante deste caso concreto, assinale a alternativa correta.

- a)** Está correta a aplicação da justa causa, uma vez que Juca descumpriu reiteradamente as ordens genéricas do empregador contidas no regulamento geral.
- b)** Está incorreta a aplicação da justa causa, uma vez que Juca cometeu ato de insubordinação e não de indisciplina.
- c)** Está incorreta a aplicação da justa causa, uma vez que Juca cometeu mau procedimento.
- d)** Está incorreta a aplicação da justa causa, uma vez que o empregador praticou bis in idem, ao punir Juca duas vezes pelo mesmo fato.

### QUESTÃO 75

José Ricardo foi contratado, em 25/02/2021, como auxiliar administrativo da fábrica de motores Moto Mais. Devido ao seu excelente desempenho, foi promovido, passando a gerente de operações, cargo dispensado do registro de horário, com padrão salarial cinco vezes mais elevado que o cargo efetivo imediatamente abaixo. José Ricardo era o responsável pela empresa, apenas enviando relatório mensal à diretoria. Em razão da nova função, José Ricardo passou a receber uma gratificação equivalente a 50% do salário básico recebido na função anteriormente exercida. O rendimento de José Ricardo, oito meses após a promoção, deixou de ser satisfatório, por questões pessoais. Em decorrência disso, a empresa retirou de José Ricardo a função gerencial e ele voltou à função que exercia antes, deixando de receber a gratificação de função. Diante disso, assinale a afirmativa correta.

- a)** O cargo que José Ricardo passou a ocupar não era de confiança, razão pela qual a alteração contratual equivale a rebaixamento, sendo, portanto, ilícita.
- b)** O cargo que José Ricardo passou a ocupar era de confiança, porém, não poderia haver o retorno ao cargo anterior com a perda da gratificação de função, razão pela qual a alteração contratual equivale a rebaixamento, sendo, portanto, ilícita.
- c)** O cargo que José Ricardo passou a ocupar era de confiança, e a reversão ao cargo efetivo foi lícita, mas não a perda da remuneração, pois equivale a diminuição salarial, o que é constitucionalmente vedado.
- d)** O cargo que José Ricardo passou a ocupar era de confiança, razão pela qual se admite a reversão ao cargo anterior, sendo lícita a perda da gratificação de função.

### QUESTÃO 76

Acerca do pagamento de custas e do depósito recursal, marque a alternativa correta: I- Os beneficiários da justiça gratuita são isentos de depósito recursal e pagamento de custas. II- A administração pública direta, bem como as autarquias e fundações públicas são isentas de custas e do depósito recursal. III- As entidades sem fins lucrativos e o empregador doméstico devem realizar o depósito recursal pela metade. IV - A massa falida, entidades filantrópicas e empresa em recuperação judicial, são isentas de depósito recursal e custas processuais. Estão corretas:

- a)** I, II, III e IV.
- b)** II, III e IV.
- c)** Todas as alternativas estão incorretas.
- d)** I, II e III.

### QUESTÃO 77

Leonel ajuizou uma reclamação trabalhista pedindo que a empresa da qual fora empregado fosse condenada a pagar-lhe adicional de insalubridade. Diante da necessidade de perícia para caracterizar e classificar a insalubridade, o juiz determinou que a empresa fizesse um depósito prévio para garantir o pagamento dos honorários periciais. Neste caso, a empresa poderá:

- a)** Impetrar o Mandado de Segurança contra o ato judicial de exigência do depósito.
- b)** Recorrer da decisão por meio do agravo de instrumento, no prazo de 08 (oito) dias.
- c)** A empresa nada poderá fazer, pois na justiça do trabalho as decisões interlocutórias são irrecorríveis, não portando nenhuma exceção.
- d)** Recorrer da decisão por meio do agravo de instrumento, no prazo de 15 (quinze) dias.

**QUESTÃO 78**

Giane ajuizou uma ação trabalhista contra a empresa em que trabalhava, sendo esta condenada a pagar os dois meses de salários que estavam atrasados. Realizado todos os trâmites processuais, o juiz proferiu uma sentença em audiência, condenando a reclamada a pagar R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Iniciada a fase de execução, passados três anos, nem a exequente e nem o seu advogado cumpriram com a determinação judicial. Assim, qual medida será cabível?

- a)** O juiz poderá cumprir com o próprio requerimento.
- b)** Ocorrerá a prescrição intercorrente no processo do trabalho, pois passado o prazo de 2 anos, o exequente nada fez. A declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício, em qualquer grau de jurisdição.
- c)** Ocorrerá a prescrição intercorrente no processo do trabalho, pois passado o prazo de 2 anos, o exequente nada fez. A declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida somente pelo executado, em qualquer grau de jurisdição.
- d)** Não existe na justiça do trabalho a chamada prescrição intercorrente. Logo, o exequente poderá a qualquer tempo dar continuidade a fase de execução.

**QUESTÃO 79**

Joaquim foi demitido e, no dia marcado para homologação da ruptura contratual, a empresa informou que não tinha dinheiro para pagar a indenização. O TRCT estava preenchido, com o valor total de R\$ 5.000,00 que Joaquim deveria receber. Diante da situação narrada pela empresa e da extrema necessidade de Joaquim, o sindicato concordou em fazer a homologação apenas para liberar o FGTS e permitir o acesso ao seguro-desemprego, lançando no TRCT um carimbo de que nada havia sido pago. Joaquim, então, ajuizou ação monitória na Justiça do Trabalho, cobrando a dívida de R\$ 5.000,00. Com base no caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a)** O comportamento de Joaquim é viável, sendo que, nesse caso, o juiz expedirá mandado de pagamento, nos moldes do CPC.
- b)** Na Justiça do Trabalho, a ação monitória somente é possível em causas de até dois salários-mínimos, sendo que da sentença não caberá recurso, o que não é a hipótese retratada.
- c)** Joaquim deveria ajuizar ação de execução de título extrajudicial, que é a natureza jurídica do TRCT preenchido, mas não quitado.
- d)** Joaquim agiu mal, porque não cabe ação monitória na Justiça do Trabalho, em razão da incompatibilidade de procedimentos.

### QUESTÃO 80

A empresa Mega Ltda., precisando dispensar empregado estável, ajuizou inquérito para apuração de falta grave em face de seu empregado José. No dia da audiência, a empresa apresentou seis testemunhas, protestando pela oitiva de todas. O empregado José apresentou três testemunhas, afirmando ser este o limite na Justiça do Trabalho. Assinale a alternativa que mostra qual advogado agiu da forma determinada na CLT.

- a)** O advogado da empresa agiu corretamente, pois trata-se de inquérito para apuração de falta grave.
- b)** O juiz determinou que a empresa dispensasse três das seis testemunhas, pois é necessário o equilíbrio com a outra parte. Logo, ambos os advogados agiram corretamente, levando o número de testemunhas que entendiam cabível.
- c)** O advogado do empregado está correto, pois o limite de testemunhas para o processo de rito ordinário é de três para cada parte.
- d)** Os dois advogados se equivocaram, pois o limite legal é de três por processo no rito ordinário, sendo as testemunhas do juízo.